

SUPERINTENDENCIA REG.DA POLICIA FEDERAL NA BA

Estudo Técnico Preliminar 35/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08223.000022/2025-23

2. Descrição da necessidade

Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

A necessidade de construção de uma Delegacia da Polícia Federal (PF) em Barreiras, BA, se baseia em diversos fatores estratégicos, sociais e econômicos, como:

Localização Estratégica: Barreiras está situada em uma posição geográfica estratégica no oeste da Bahia, sendo um importante centro regional para diversas cidades e municípios vizinhos. Sua proximidade com fronteiras estaduais torna o município um ponto crucial para a atuação da PF em questões relacionadas ao combate ao tráfico de drogas, contrabando, crimes ambientais e outras atividades ilegais interestaduais.

Crescimento Econômico: A região oeste da Bahia, especialmente Barreiras, tem experimentado um crescimento econômico significativo, com destaque para o agronegócio. Esse desenvolvimento traz consigo a necessidade de maior fiscalização e combate a crimes financeiros, corrupção e outros delitos que podem surgir com o aumento das atividades econômicas.

Demanda por Segurança Pública: Com o crescimento populacional e econômico da região, há um aumento natural na demanda por serviços de segurança pública de nível federal, incluindo a repressão a crimes complexos como tráfico de drogas, falsificação de documentos, imigração irregular, entre outros.

Combate ao Crime Organizado: Barreiras e o oeste baiano têm registrado um aumento nas atividades de grupos criminosos, o que inclui tráfico de drogas e armas. A presença de uma Delegacia da PF na cidade contribuiria para fortalecer o combate ao crime organizado e ampliar as operações de inteligência e investigação.

Atuação em Crimes Ambientais: A região possui vastas áreas rurais e de fronteira agrícola, o que aumenta a ocorrência de crimes ambientais, como o desmatamento ilegal e a exploração de recursos naturais. A instalação de uma delegacia da PF em Barreiras ajudaria a intensificar a fiscalização e a repressão desses crimes.

Fortalecimento da Justiça e da Ordem: A presença física da Polícia Federal na cidade facilita o cumprimento de mandados judiciais, investigação de crimes federais e o apoio a outras instituições de segurança e justiça, como o Ministério Público Federal e a Justiça Federal.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SR/PF/BA	Flavio Marcio Albergaria Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021). A contratação deverá ser feita selecionando-se a proposta mais vantajosa para a administração com pessoa jurídica de direito privado que atenda aos quesitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, a serem definidos posteriormente da elaboração das especificações técnicas e termo de referência da contratação.

5. Levantamento de Mercado

Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

1) Considerando que sistemas de instalações e vedações, se permanecem inalterados, por serem especificados de acordo com o uso, a comparação para viabilidade será realizada apenas no que tange o sistema estrutural. Conforme boas práticas difundidas na construção civil, temos algumas alternativas em relação ao projeto:

2) Solução 1 – CONSTRUÇÃO COM ESTRUTURA CONVENCIONAL Solução 2 – CONSTRUÇÃO COM ESTRUTURA EM LAJES NERVURADAS Solução 3– CONSTRUÇÃO COM ESTRUTURA EM LAJES PROTENDIDAS.

3) Conforme legislação, apresentamos na sequência a comparação entre as soluções encontradas no mercado para mostrar, de forma objetiva, qual delas é a mais vantajosa para a Administração sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência. Nos termos dos Acórdãos TCU 2383/2014 e 214 /2020-Plenário,

A Administração, por ocasião do planejamento de suas contratações, deve identificar, previamente à elaboração das especificações técnicas e à cotação de preços, um conjunto representativo dos diversos modelos existentes no mercado que possam atender completamente suas necessidades, de modo a caracterizar a realização de ampla pesquisa de mercado e evitar o direcionamento do certame para modelo específico pela inserção no edital de características atípicas.

PROJETO	CUB	ÁREA (m²)	VALOR
Solução 1 – CONSTRUÇÃO COM ESTRUTURA CONVENCIONAL	R\$ 2,402.14	2237.32	R\$ 5,374,355.86
Solução 2 – CONSTRUÇÃO COM ESTRUTURA EM LAJES NERVURADAS	R\$ 2,161.93		R\$ 4,836,920.28
Solução 3– CONSTRUÇÃO COM ESTRUTURA EM LAJES PROTENDIDAS	R\$ 2,474.20		R\$ 5,535,586.54

4) Comparação dos custos e benefícios durante o ciclo de vida do objeto (melhor relação custo-benefício) – art. 44

PROJETO	VALOR ORÇAMENTO	Benefícios	Malefícios
<i>Solução 1</i> – CONSTRUÇÃO COM ESTRUTURA CONVENCIONAL	R\$ 5,374,355.86	- Método difundido em todas as regiões - Equipamentos e materiais amplamente difundidos	- Elevado grau de erros devido ao “costume” executivo - Altos consumos de insumos como forma e aço. - Limites de vãos por conta da necessidade de controle de flechas e deformações em vigas. - Execução fracionada e lenta
<i>Solução 2</i> – CONSTRUÇÃO COM ESTRUTURA EM LAJES NERVURADAS	R\$ 4,836,920.28	- Possibilidade de vãos maiores com taxa de aço controlável - Mesmo processo executivo do convencional, exceto pela execução da laje preservando vazios inercialmente desnecessários - Velocidade de execução	- Mão de obra precisa ser treinada. - Complexidade de armaduras - Pouca sucessibilidade a o erro em relação ao que está determinado em projeto
<i>Solução 3</i> – CONSTRUÇÃO COM ESTRUTURA EM LAJES PROTENDIDAS	R\$ 5,535,586.54	Controle melhor de defor-	Ausência de empresas, mão de obra e
		mações e tensões atuantes na estrutura o que permite maior versatilidade. Menor número de apoios requeridos.	insumos na região. - Necessidade de treinamento de mão de obra - Necessidade de controle tecnológico rigoroso dos materiais e processos.

6. Descrição da solução como um todo

Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

Construção de edificação administrativa com estrutura em concreto por lajes nervuradas, com vãos conforme projeto arquitetônico, alvenaria de vedação, esquadrias, pisos, revestimentos, louças e metais conforme manual da PF e instalações prediais conforme necessidades de sistemas no estudo preliminar.

Estudo e preparação do terreno: Antes de iniciar a construção, é necessário realizar um estudo geotécnico do terreno para determinar as características do solo e definir o tipo de fundação mais adequado. Em seguida, o terreno é nivelado e preparado para a escavação das estacas.

Fundações sobre estacas escavadas: As estacas hélice contínua são elementos de fundação profundas, geralmente feitas de concreto, que são instaladas através de perfuração do solo até atingir camadas mais estáveis. Elas proporcionam suporte adequado para a estrutura da edificação, garantindo estabilidade e segurança.

Pilares: Pilares moldados por formas de madeiras com concreto moldado in loco.

Estrutura da laje: Com cubetas plásticas para realizar a moldagem das nervuras e conformação de sua seção com armaduras especificadas no projeto.

Cobertura em telha termoacústica: As telhas de zinco e alumínio (zincalume) são instaladas sobre a estrutura metálica para formar a cobertura da garagem e da guarita. Essas telhas são leves, duráveis e possuem propriedades de isolamento térmico e acústico, proporcionando conforto aos usuários da edificação.

Instalações prediais: São realizadas as instalações necessárias para fornecer suporte a todos os sistemas eletromecânicos e hidrossanitários.

Em resumo, a construção de uma edificação com essas características envolve uma série de etapas e elementos técnicos que visam garantir a segurança, durabilidade e funcionalidade do equipamento público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

De modo a advertir a administração das reservas financeiras necessárias para proceder a contratação, foi elaborada uma previsão de custos com base nas publicações do Sinduscon BA – CUB – custo unitário básico (NBR 12.721:2006 - CUB 2006 - dezembro/2023). Após aprovação da demanda será realizada orçamentação conforme manual de instrução de orçamentos de obras do Tribunal de Contas da União para elaboração do termo de referência e formalização da demanda.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 20.635.921,71

Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21). Conforme recorrido, sugere-se a elaboração de projetos, peças técnicas, orçamento executivo e demais peças técnicas relacionadas conforme metodologia convencional, sendo a estimativa do valor total da contratação: **20.635.921,71 (Vinte milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, novecentos e vinte e um reais e setenta e um centavos).**

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020)

Prejuízo à integridade do objeto: A divisão pode gerar interferências entre os serviços e impedir a execução de uma sequência construtiva adequada, prejudicando o resultado final da obra.

Perda de qualidade: Parcelar pode comprometer a qualidade técnica do serviço, visto que um único responsável tem maior controle sobre a metodologia e os aspectos técnicos de todo o trabalho.

Necessidade de coordenação unificada: Para que todos os serviços sejam executados em harmonia e o acompanhamento seja constante, é preferível que um único contrato seja feito para agilizar a resolução de problemas e garantir a continuidade das operações.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

08255.003430/2023-06 - Contratação de Empresa Especializada para Elaboração de Projetos Básicos e Executivos para Construção da Nova Delegacia de Polícia Federal em Barreiras (DPF/BRA/BA).

08223.000026/2025-10 - Contratação de empresa da área de fiscalização em engenharia, para atuar de forma subsidiária no acompanhamento da execução das obras de construção da nova sede da Delegacia de Polícia Federal em Barreiras/BA - DPF/BRA/BA.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

A administração possui PAC 2024 e a contratação está prevista, sendo solicitada inclusão no PLANOB 2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21), bem como em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável.

Economicidade:

- Redução de Custos: A utilização eficiente de materiais e a gestão cuidadosa dos recursos financeiros podem resultar em redução de custos durante todo o processo de construção.
- Otimização de Processos: Implementação de práticas eficientes de construção, como o uso de métodos construtivos mais econômicos e a negociação de preços competitivos com fornecedores, visando maximizar a economia.

Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos:

- Alocação Eficiente de Mão de Obra: Planejamento cuidadoso da distribuição de trabalhadores ao longo do tempo e entre os diferentes projetos de construção, garantindo uma utilização otimizada da mão de obra disponível.
- Capacitação e Treinamento: Investimento em capacitação e treinamento da equipe de trabalho para garantir um desempenho eficiente e de qualidade durante todas as etapas da construção.

Melhor Aproveitamento dos Recursos Materiais:

- Estoque e Logística: Controle rigoroso do estoque de materiais de construção e implementação de sistemas eficientes de logística para garantir que os materiais certos estejam disponíveis no momento e local adequados.
- Minimização de Desperdícios: Adoção de medidas para reduzir o desperdício de materiais, como o reaproveitamento de sobras e a adoção de práticas sustentáveis de construção.

Melhor Aproveitamento dos Recursos Financeiros:

- Planejamento Orçamentário: Elaboração de um planejamento financeiro detalhado, com previsão de gastos e alocação de recursos de acordo com as necessidades de cada fase do projeto.
- Controle de Custos: Monitoramento constante dos gastos e implementação de medidas para evitar exceder o orçamento previsto, garantindo o uso eficiente dos recursos financeiros disponíveis.

13. Providências a serem Adotadas

Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

1. Contratação ou utilização de contrato existente de profissional ou empresa de engenharia para proceder elaboração, atualização, orçamento e planejamento dos projetos necessários para a licitação.
2. Aprovação do projeto conforme regramento da lei para evitar alterações posteriores à contratação.
3. Aprovação do orçamento

4. Elaboração do termo de referência da contratação utilizando-se dos documentos do projeto.

5. Abertura da fase externa da licitação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

A construção de uma delegacia pode gerar diversos impactos ambientais, desde a degradação do solo e da vegetação até a geração de resíduos e o consumo excessivo de recursos naturais. Para mitigar esses impactos e promover práticas sustentáveis, podem ser adotadas as seguintes medidas:

Impacto na Vegetação e no Solo:

Realizar um levantamento detalhado da área de construção para identificar e preservar áreas de vegetação nativa significativas.

Implementar medidas de proteção do solo, como a instalação de cercas de proteção e a utilização de cobertura vegetal temporária durante as obras.

Geração de Resíduos:

Priorizar a reutilização de materiais e a adoção de métodos construtivos que minimizem a geração de resíduos.

Implementar um plano de gestão de resíduos sólidos, com segregação dos materiais recicláveis, destinação adequada dos resíduos orgânicos e contratação de empresas especializadas em coleta seletiva e reciclagem.

Consumo de Recursos Naturais:

Optar por materiais de construção sustentáveis e de baixo impacto ambiental, como madeira certificada, tijolos ecológicos e tintas à base de água.

Promover o uso eficiente de recursos hídricos e energéticos durante a construção e operação da delegacia, por meio da instalação de dispositivos economizadores de água e de sistemas de iluminação e climatização eficientes.

Logística Reversa:

Desenvolver um plano de logística reversa para o descarte adequado de resíduos da construção, incluindo o retorno de materiais excedentes ou obsoletos para reciclagem ou reutilização.

Estabelecer parcerias com cooperativas de reciclagem e empresas especializadas para garantir o destino adequado dos resíduos e o reaproveitamento de materiais sempre que possível.

Ao adotar essas medidas mitigadoras, a construção de delegaciais pode ser realizada de forma mais sustentável, minimizando os impactos ambientais e contribuindo para a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente local.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21) Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020) Diante de todas as análises apresentadas e dos conceitos que serão tomados para elaboração da presente contratação, opino, para os fins, pela VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAPHAEL PEREIRA DE SOUZA CARRIJO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 21/05/2026 às 15:15:48.

RICARDO BRANDAO BARROS SA

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Resumo.pdf (206.41 KB)